



**ACEP**  
ASSOCIAÇÃO CULTURAL  
E DE EDUCAÇÃO POPULAR

# **Relatório e Contas**

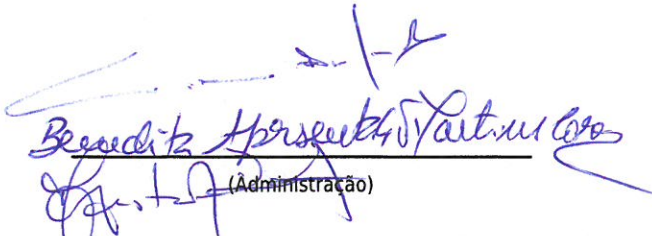
## **2025**

**31 de março de 2026**

## Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados		317.310,22	78.822,97
Subsídios, doações e legados à exploração		51.771,35	320.221,24
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(3.484,35)	(3.007,19)
Fornecimentos e serviços externos		(70.820,01)	(52.879,50)
Gastos com o pessoal		(328.025,56)	(281.495,31)
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		22.033,51	17.262,09
Outros gastos		(906,95)	(245,32)
<b>Total resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>(12.121,79)</b>	<b>78.678,98</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(23.262,43)	(21.500,34)
<b>Total resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		<b>(35.384,22)</b>	<b>57.178,64</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(76,55)	
<b>Total resultado antes de impostos</b>		<b>(35.460,77)</b>	<b>57.178,64</b>
Imposto sobre o rendimento do período			(55,44)
<b>Total resultado líquido do período</b>		<b>(35.460,77)</b>	<b>57.123,20</b>

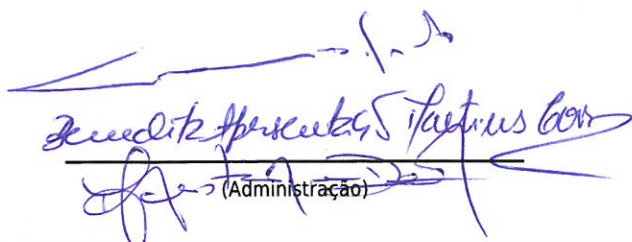
  
 Benedita Henriques  
 (Administração)

  
 Pedro Fco  
 (Contabilista Certificado)

## Balço em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		473.053,96	442.541,06
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.232,59	2.232,59
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		150,00	75,00
Outros créditos e ativos não correntes			
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>475.436,55</b>	<b>444.848,65</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		62,34	38,72
Créditos a receber		2.259,12	2.108,13
Estado e outros entes públicos		83,48	105,00
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos		4.671,29	1.092,70
Outros ativos correntes			5.000,00
Caixa e depósitos bancários		248.341,42	294.943,50
<b>Total ativo corrente</b>		<b>255.417,65</b>	<b>303.288,05</b>
<b>Total ativo</b>		<b>730.854,20</b>	<b>748.136,70</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		293.624,82	236.501,62
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		43.031,45	43.031,45
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		339.427,54	354.847,50
Resultado líquido do período		(35.460,77)	57.123,20
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total fundos patrimoniais</b>		<b>640.623,04</b>	<b>691.503,77</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Total passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		2.970,09	4.536,43
Estado e outros entes públicos		7.232,57	6.000,16
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		33.200,85	
Outros passivos correntes		46.827,65	46.096,34
<b>Total passivo corrente</b>		<b>90.231,16</b>	<b>56.632,93</b>
<b>Total passivo</b>		<b>90.231,16</b>	<b>56.632,93</b>
<b>Total fundos patrimoniais e passivo</b>		<b>730.854,20</b>	<b>748.136,70</b>

  
(Administração)

  
(Contabilista Certificado)



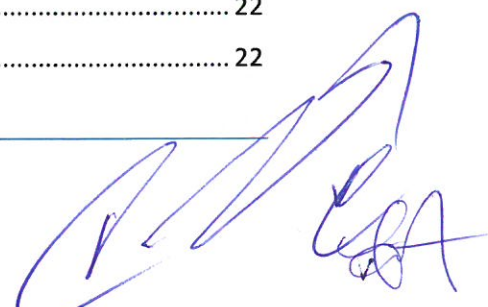
**ACEP**  
ASSOCIAÇÃO CULTURAL  
E DE EDUCAÇÃO POPULAR

## **Anexo ao Balanço 2025**

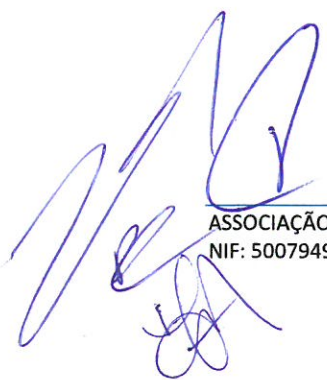
**31 de março de 2026**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	15
5	Investimentos Financeiros e Ativos Fixos Tangíveis .....	15
6	Ativos Intangíveis .....	16
7	Locações .....	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	17
9	Inventários .....	17
10	Rédito .....	17
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	18
12	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	18
13	Imposto sobre o Rendimento .....	18
14	Benefícios dos empregados .....	18
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	18
16	Outras Informações .....	19
16.1	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	19
16.2	Clientes e Utentes .....	19
16.3	Outra contas a receber .....	19
16.4	Diferimentos .....	20
16.5	Outros Ativos Financeiros .....	20
16.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	20
16.7	Fundos Patrimoniais .....	20
16.8	Fornecedores .....	20
16.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	21
16.10	Outros Passivos Correntes .....	21
16.11	Outros Passivos Financeiros .....	21
16.12	Subsídios, doações e legados à exploração .....	21
16.13	Fornecimentos e serviços externos .....	22
16.14	Outros rendimentos e ganhos .....	22
16.15	Outros gastos e perdas .....	22



16.16 Resultados Financeiros .....	22
16.17 Acontecimentos após data de Balanço .....	23



## **1 Identificação da Entidade**

A “ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE EDUCAÇÃO POPULAR” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 160, III Série em 13 de Julho de 1988, com sede na rua José Marques, freguesia da Meadela, concelho e distrito de Viana do Castelo.

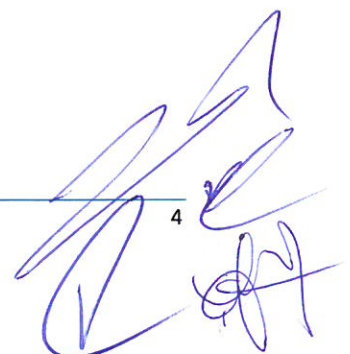
## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2025 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.



### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

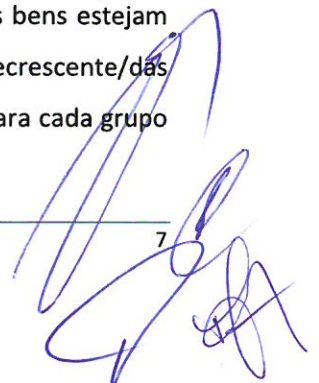
As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

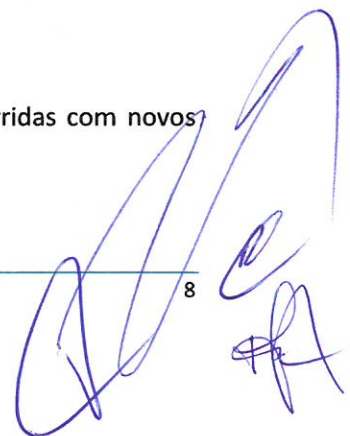
Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.



As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

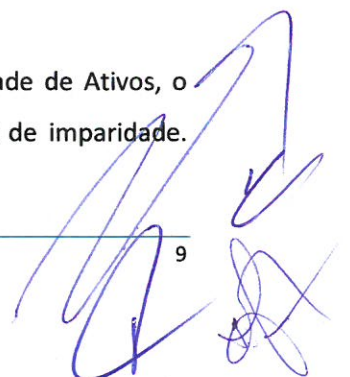
Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade.

Estas perdas por imparidade não são reversíveis.



### 3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - **Alterações no risco segurado;**
  - **Alterações na taxa de câmbio;**
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - **Entrada em incumprimento de uma das partes;**
  - **Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:**
    - **Alterações no preço do bem locado;**
    - **Alterações na taxa de câmbio**
    - **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes**

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### **Clientes e utentes**

Os “Clientes” e “Utentes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (põe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### 3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,00% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2013, inclusive, e cinco anos a partir de 2012), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

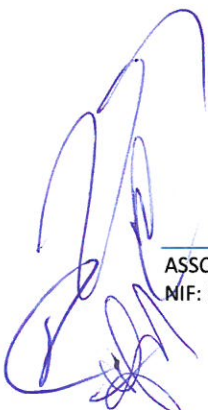
#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### **5 Investimentos Financeiros e Ativos Fixos Tangíveis**

#### **Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Gasto</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	864.901,83					864.901,83
Equipamento básico	124.485,63					124.485,63
Equipamento de transporte	108.740,17	53.775,33				162515,50
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	354.273,30					354.273,30
Outros Ativos fixos tangíveis	74.019,64					74.019,64
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>1.526.420,58</b>	<b>53.772,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.580.95,91</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	423.161,15	20.844,72				444.005,87
Equipamento básico	123.844,99	17,31				123.862,30
Equipamento de transporte	108.740,17	2.240,64				110.980,81
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	354.113,60	159,76				354.273,36
Outros Ativos fixos tangíveis	74.019,61	0,00				74.019,61
<b>Total</b>	<b>1.083.879,52</b>	<b>23.262,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.107.141,95</b>

### **Investimentos Financeiros**

No que concerne aos “Investimentos Financeiros” o saldo no final de 2025, foram os seguintes:

Fundo de Garantia Salarial = 2.069,41

Fundo de Reestruturação do Sector Social (FRSS) = 163,18

### **6 Ativos Intangíveis**

Nada a registar

### **7 Locações**

Nada a registar

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Nada a registar

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2025			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	38,72	3.507,97	0,00	62,34
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>38,72</b>	<b>3507,97</b>	<b>0,00</b>	<b>62,34</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				3.48,35
Variações nos inventários da produção				0,00

## 10 Rédito

Para os períodos de 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Serviços Prestados	317.310,22	78.822,97
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,000	72,40
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>317.310,22</b>	<b>78.895,37</b>

### 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nada a registar

### 12 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nada a registar

### 13 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00 €, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2025	2024
IRC Liquidado	0,00	55,44
Tributação Autónoma	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>55,44</b>

### 14 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025, foi, respetivamente Luís Moreno Delgado (Presidente da Direção), Benedita Correia (Tesoureira) e Maria Augusta Torre (Secretária).

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	266.574,22	228.630,22
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	56.246,08	48.210,58
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.719,66	3.983,11
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.485,60	671,40
<b>Total</b>	<b>328.025,56</b>	<b>281.495,31</b>

### 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 16.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Nada a registar

### 16.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 a rubrica “Clientes/Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1.723,65	1.473,62
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes	535,47	634,51
<b>Total</b>	<b>2.259,12</b>	<b>2.108,13</b>

Nos períodos de 2025 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 16.3 Outra contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	5.000,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>

**16.4 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	4.671,29	1.092,70
<b>Total</b>	<b>4.671,29</b>	<b>1.092,70</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**16.5 Outros Ativos Financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2025	2024
Dep. Prazo	64.202,66	64.202,66
<b>Total</b>	<b>64.202,66</b>	<b>64.202,66</b>

**16.6 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.070,97	2.083,90
Depósitos à ordem	183.067,79	228.656,84
<b>Total</b>	<b>184.138,76</b>	<b>230.740,84</b>

**16.7 Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	293.624,82	0,00	0,00	293.624,82
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	43.031,45	0,00	0,00	43.031,45
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	354.847,50	0,00	15.419,96	339.427,54
<b>Total</b>	<b>634.380,57</b>	<b>0,00</b>	<b>20.559,62</b>	<b>676.083,81</b>

**16.8 Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	2.970,09	4.536,43
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.970,09</b>	<b>4.536,43</b>

**16.9 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	83,48	105,00
<b>Total</b>	<b>83,48</b>	<b>105,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	138,57	189,32
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	599,00	502,00
Segurança Social	6.495,00	5.253,40
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.32,57</b>	<b>5.944,72</b>

**16.10 Outros Passivos Correntes**

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>46.827,65</b>		<b>46.045,75</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>46.827,65</b>	<b>0,00</b>	<b>46.045,75</b>

**16.11 Outros Passivos Financeiros**

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
	0	0
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**16.12 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	51.771,35	320.221,24
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>51.771,35</b>	<b>320.221,24</b>

**16.13 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	00,00	00,00
Serviços especializados	45.409,78	30.930,52
Materiais	5.120,15	1.665,46
Energia e fluidos	10.978,29	12.098,36
Deslocações, estadas e transportes	6,30	12,15
Serviços diversos	9.305,49	8.173,01
<b>Total</b>	<b>70.820,01</b>	<b>52.879,50</b>

**16.14 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,04
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	22.033,51	17.262,05
<b>Total</b>	<b>22.033,51</b>	<b>17.262,09</b>

**16.15 Outros gastos e perdas**

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,21	0,01
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	905,74	245,31
<b>Total</b>	<b>906,95</b>	<b>245,32</b>

**16.16 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	76,55	0,00
<b>Total</b>	<b>76,55</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	66,91	72,40
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>66,91</b>	<b>72,40</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-9,64</b>	<b>72,40</b>

### 16.17 Acontecimentos após data de Balanço

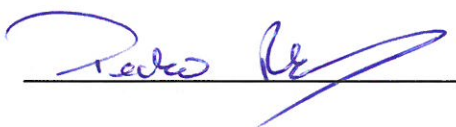
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 31 de março de 2026.

Viana do Castelo, 31 de março de 2026

O Contabilista Certificado



A Direção

